



O efeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na gestão produtiva familiar e na segurança alimentar dos beneficiários no município de Irituia-Pará

**The effect of the Food Acquisition Program (PAA) in family productive management and food safety of beneficiaries in the municipality of Irituia-Pará**

Letícia Sales da Costa Oliveira, Especialista GESAM, UFPA, leticia.agronomia@gmail.com;  
William Santos de Assis, Doutor, UFPA, e-mail: williamassis@ufpa.br

### Resumo

O Artigo descreve o processo de operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Irituia no Estado do Pará. Foi dada ênfase a importância do Programa para a manutenção da diversidade dos sistemas de produção familiares e a garantia da segurança alimentar de populações vulneráveis. Do ponto de vista metodológico utilizamos ferramentas como a revisão bibliográfica, análise documental, pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas, sistematização e análise dos dados. O Programa envolveu 63 famílias fornecedoras de 29 comunidades e 11 unidades receptoras. Entre 2012 e 2018 o Programa movimentou, aproximadamente, um milhão de reais no município de Irituia. Apesar dos problemas operacionais identificados conclui-se que o Programa promoveu o fortalecimento da agricultura familiar, estimulou a diversificação produtiva e ampliou as redes de comercialização. Esses resultados têm contribuído positivamente para a segurança alimentar e nutricional de pessoas vulneráveis socialmente.

### Palavras-chave

Agricultura Familiar; Biodiversidade; Segurança Alimentar; Amazônia.

### Abstract

The article describes the operational process of the Food Acquisition Program (PAA) in the municipality of Irituia in the State of Pará. Emphasis was placed on the importance of the program to maintain the diversity of family production systems and to ensure the food security of vulnerable populations. From the methodological point of view, we use tools such as bibliographic review, documentary analysis, field research, semi-structured interviews, systematization and data analysis. The program involved 63 supply families from 29 communities and 11 receiving units. Between 2012 and 2018 the program handled approximately one million Brazilian reais in the municipality of Irituia. Despite the operational problems identified, the program has strengthened family farming, stimulated productive diversification, and expanded marketing networks. These results have contributed positively to the food and nutritional security of socially vulnerable people.

### Keywords

Family farming; Biodiversity; Food Safety; Amazonia.

## 1. Introdução

A agricultura pode ser compreendida como um universo complexo e extremamente diversificado, considerando as diversas paisagens ambientais, econômicas e sociais (SILVA, 2010). Analisando o processo histórico nacional, podemos ressaltar que durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a área rural, em especial à agrícola, privilegiaram os setores mais capitalizados com o objetivo de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país (SAVOLDI; CUNHA, 2010).

Nas décadas de 60 e 70, o Brasil adotou um “pacote” de instrumentos tradicionais de política agrícola visando modernizar a agricultura, para que esta pudesse cumprir as suas funções no desenvolvimento econômico do país (GRISA, 2012). Este modelo parece não ter sido suficiente para resolver os principais problemas da agricultura e foi responsável pela inviabilidade das propriedades familiares, obrigando muito desses produtores a venderem suas terras (SILVA, 2010).

Diante desse contexto governamental e da pressão exercida por diversos segmentos sociais, os representantes da agricultura familiar passaram a adotar estratégias propositivas e adentraram nas arenas públicas, propondo e disputando a implementação das políticas públicas (GRISA; SCHNEIDER, 2015) como: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Dentre as políticas públicas voltadas para agricultura familiar, podemos destacar o PAA. Isso porque o programa assumiu duas funções importantes, no cenário nacional, ao fortalecer a agricultura familiar por meio da comercialização dos seus produtos e promover o acesso a alimentação saudável para pessoas socialmente vulneráveis. Além disso, viabilizou outras inovações, como, por exemplo, o PNAE, estimulando a inserção de produtos regionais de qualidade e novas redes de mercados locais (MDS, 2013).

O PAA rompeu com importantes barreiras institucionais, promovendo uma nova trajetória relacionada aos mercados institucionais para a agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Criado no ano 2003, o programa representa a continuidade dos avanços nas políticas públicas, foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003, como uma das ações do programa Fome Zero, sendo atualizado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, com regulamentação via Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 (BATISTA,

et. al., 2016). Assim, foi incorporada a possibilidade de atuação em parceria com estados, municípios e consórcios públicos, usando um novo instrumento, o Termo de Adesão<sup>1</sup> (MDS, 2014).

O decreto Nº 8.473, de 22 de junho de 2015 estabeleceu que do total de recursos destinados à aquisição de gêneros alimentos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, pelo menos 30% devem ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares, e rompeu com importantes barreiras institucionais, a exemplo da Lei de Licitações, desencadeando uma nova trajetória de mercados institucionais para a agricultura familiar e a possibilidade de fornecer alimentos tipicamente regionais (SALGADO, 2016).

Entre os objetivos do PAA, destacamos os seguintes: gerar renda e sustentar preços à agricultura familiar; fortalecer as associações e cooperativas de agricultores familiares; garantir acesso a uma alimentação diversificada à população em situação de insegurança alimentar e nutricional (ou em condições de vulnerabilidade social); valorizar a produção e a cultura alimentar das populações; promover a fixação das famílias no campo; dinamizar a economia local, alimentos no mercado local e gerar maior número de postos de trabalho; melhorar a qualidade dos produtos da agricultura familiar; incentivar o manejo agroecológico dos sistemas produtivos e a agricultura orgânica, além de promover o resgate e preservação da biodiversidade (CONAB, 2003; NASCIMENTO NETO, 2012).

Entretanto, o PAA apresenta várias limitações, relacionadas à falta de clareza dos beneficiários em relação ao programa, seus objetivos, modalidades e procedimentos; dificuldade para transportar os produtos; falta de assistência técnica e; estruturas inadequadas de armazenamento e conservação dos alimentos até o momento do consumo e a carência de serviços de assistência técnica, além disso, exige elevada contrapartida em termos de organização social dos agricultores familiares (GRISA et. al., 2011).

O artigo tem como objetivo descrever o processo de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Compra com Doação Simultânea e avaliar os efeitos nos sistemas produtivos das unidades familiares, considerando a diversidade de produtos, relacionando com a segurança alimentar e nutricional de populações vulneráveis

---

<sup>1</sup> Documento no qual os partícipes celebram compromissos relacionados ao PAA, estão previstos os requisitos mínimos para participação no Programa e os compromissos e funções de cada partícipe, dentre outras questões.  
Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento • Belém • v.13 , nº2 • p. 35-56 • jul-dez 2019

socialmente no período de 2012 a 2018 (1º semestre), no Município de Irituia, no Estado do Pará.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram: revisão bibliográfica baseada em artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado que tratam dos temas políticas públicas, segurança alimentar e nutricional, mercados institucionais e agricultura familiar. Procedemos também análise documental dando ênfase a documentos oficiais sobre o PAA, legislação vigente sobre a implementação da política pública e manuais operacionais do PAA.

Ainda com essa ferramenta foi analisado um conjunto de documentos fornecidos pela Secretaria de Trabalho e Promoção Social do município de Irituia incluindo os registros de compra, a identificação das comunidades e dos fornecedores, além das informações das quantidades e dos preços operados nas transações de aquisição dos produtos.

Para informações qualitativas sobre o processo de implementação do PAA utilizamos entrevistas semiestruturadas com diferentes atores. Buscamos com isso trazer à tona a percepção desses atores sobre os impactos do programa. A seleção dos entrevistados se baseou no tipo de participação e envolvimento na implementação do Programa. Foram entrevistadas três categorias de atores: os operadores do programa no município (Anexo I); os agricultores familiares envolvidos/beneficiários fornecedores (Anexo II) e; representantes de unidades receptoras/beneficiários receptoras (Anexo III).

No total foram realizadas 9 entrevistas, sendo 2 entrevistas com técnicos da coordenação do Programa no município, 6 com agricultores familiares selecionados aleatoriamente durante a Feira do Produtor Rural de Irituia e 1 com representante de uma unidade beneficiária receptora. Foi analisado ainda 1 relatório de uma unidade receptora.

O tratamento e a sistematização dos dados da operacionalização do PAA foram feitos com auxílio de planilha Excel. A partir das Notas Fiscais foi possível identificar os nomes dos fornecedores, a comunidade de origem, as quantidades e variedades de produtos fornecidos, os valores monetários recebidos (em Reais). Foram geradas tabelas com essas informações para o período entre 2012 e 2018. As informações sobre os beneficiários receptoras foram extraídas do Termo de Recebimento e Aceitabilidade (TRA). A partir do TRA foi possível identificar as características das unidades receptoras, a quantidade e a variedade de produtos recebidos e valores correspondentes em moeda corrente (Real).

O texto está dividido em cinco segmentos principais. O primeiro segmento é essa introdução; o segundo apresentamos um histórico da operacionalização do PAA no município de Irituia; no terceiro analisamos a importância do PAA para a diversidade produtiva dos estabelecimentos familiares; no quarto segmento analisamos a importância do PAA para as unidades receptoras e; no quinto segmento fazemos algumas considerações finais.

## **2. Histórico e operacionalização do PAA no município de Irituia-PA**

O município de Irituia, estado do Pará, pertencente à Mesorregião Nordeste Paraense e a Microrregião Guamá, possui uma área de 1.379,36 km<sup>2</sup>. Localiza-se a uma latitude 01°46'16" sul e a uma longitude 47°26'17" oeste. Limita-se ao Norte com o Município São Miguel do Guamá, ao Sul com o município Mãe do Rio, a Oeste com o município São Domingos do Capim e a Leste com o município de Capitão Poço e também a Ourém (SMITH, 2016). Apresenta uma população, predominantemente rural, com perfil de produção de agricultura familiar, estimado em 79,2% do total de 31.364 habitantes (IBGE, 2010).

A implementação do PAA no município de Irituia teve início no ano de 2009 a partir de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social e a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda com a participação da Coordenação Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (DISAN). Após várias rodadas de negociações entre as partes foi elaborado um Termo de Adesão para executar o PAA e assinado um Termo de Compromisso entre Estado e Município.

A Compra com Doação Simultânea<sup>2</sup> foi a modalidade do PAA selecionada para implementação do programa no município de Irituia. O acesso a essa modalidade do PAA é feito individualmente. Os agricultores fazem a entrega diretamente no posto de coleta do município. A equipe gestora do programa realiza a entrega para as unidades beneficiárias receptoras previamente cadastradas. As entidades receptoras se responsabilizam pelo armazenamento, conservação, preparo e distribuição dos produtos na forma de alimento para os consumidores socialmente vulneráveis.

---

<sup>2</sup> Modalidade do PAA que apresenta como objetivo a compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional

A operacionalização do PAA através da modalidade Compra com Doação Simultânea segue o seguinte fluxo: assinatura do Termo Adesão, elaboração do Plano Operacional (pactuação de valores e metas), cadastramento da Proposta de Participação no Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA), aquisição e distribuição de alimentos, pagamento de fornecedores e apoio financeiro às unidades executoras (MDS, 2014).

Antes da fase de elaboração da Proposta de Participação a STPS realiza o processo de seleção dos agricultores familiares que integrarão a proposta. Para essa seleção os agricultores precisam apresentar um conjunto de documentação pessoal e da terra. Essa documentação atende a exigência de emissão da Declaração de Aptidão (DAP). Além disso, os agricultores devem se comprometer a atender a demanda do programa garantindo a quantidade e a qualidade dos produtos. Os agricultores familiares candidatos a fornecedores também devem estar em uma faixa de baixa renda e em situação de vulnerabilidade.

Para o período de 2012 a 2018 foram cadastrado e atuaram como fornecedores um total de 63 agricultores familiares. Desse total, 44% são filiados a cooperativas, sendo que 23% são associados à Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses (D`IRITUIA) e 21% à Cooperativa Agrícola, Pecuária e Extrativa do Município de Irituia (COAPEMI). O restante dos agricultores, que corresponde a 56%, participa de outras entidades como associações e sindicato.

Ainda na fase de elaboração da Proposta de Participação a equipe executora realiza a seleção das entidades beneficiárias receptoras. Essas entidades devem fazer parte da rede socioassistencial e de equipamentos públicos de alimentação e nutrição. As unidades devem apresentar comprovação que atendem a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Nesse momento também são identificados os produtos a serem adquiridos e os preços a serem praticados pelo programa (MDS, 2014).

No município de Irituia, as 63 famílias de agricultores que participaram do programa entre 2012 e 2018 (1º semestre), estão distribuídos num total de 29 comunidades. Dessas, foram identificadas e localizadas no mapa, 20 comunidades<sup>3</sup>, com auxílio da base cartográfica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Irituia (SEMMAS). O restante, informadas nas Notas Fiscais, ou seja, 9 localidades, não foram identificadas são:

---

<sup>3</sup>Essa diferença entre o número total (29) e as identificadas no mapa (20), deve-se a problemas metodológicos de coleta de informação pela equipe executora e/ou devido à forma como os agricultores repassam a informação.  
Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento • Belém • v.13 , n°2 • p. 35-56 • jul-dez 2019

Estrada da Colônia, Estrada da Penha, Igarapé Pinheiro Mututui, Vila do Lago Grande, Vila Nova, Sítio Limoeiro, Margem Direita do Rio Piripindeua, Igarapé das Pedras e Ramal do Arauai.

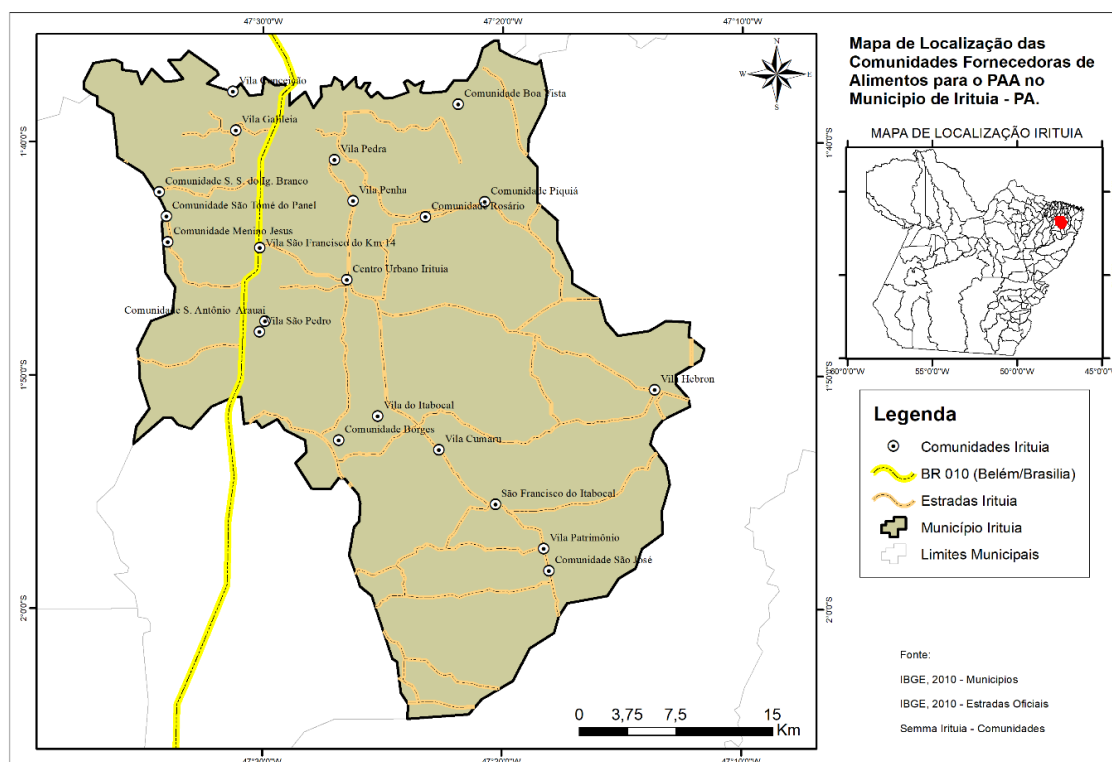


Figura 2. Mapa das comunidades fornecedoras para o PAA no período de 2012 a 2018 (1º semestre) no município de Irituia, Pará.

O mapa acima mostra uma distribuição das comunidades em quase todos os quadrantes do município de Irituia. Isto é um aspecto bastante positivo para divulgação do programa bem como para o incentivo a inserção de novas famílias.

A implementação propriamente do programa foi antecedida de uma fase preparatória relatada pelos agricultores. Segundo o agricultor familiar entrevistado durante Feira Livre do Produtor Rural e sócio fundador da Cooperativa D' Irituia, em 2010, com apoio de vários parceiros, foram realizados intercâmbios no município de Tomé – Açú, no estado do Pará que influenciaram nas práticas produtivas diversificadas das unidades familiares locais.

As trocas de saberes ocorreram em agroecossistemas familiares exitosos na implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's), como exemplo: produção de açaí em SAFs desenvolvidos nas várzeas do Rio Capim no município de São Domingos do Capim, estado do Pará; SAFs ou SAFTA (Sistemas Agroflorestais de Tomé-Açú) como prefere denominar

o Sr. Michinori Kanagano; e na Associação de Produtores e Produtoras Rurais da Agricultura Familiar do município de Tomé-Açú (APRAFANTA) (MORAES, 2017).

Essas experiências foram consideradas importantes na perspectiva dos fornecedores beneficiários, para mudar as práticas e os agroecossistemas dos agricultores familiares do município de Irituia. Antes das visitas a essas experiências predominavam no município áreas com capoeirão e pasto. As áreas de capoeirão eram transformadas anualmente em roças tradicionais (Corte e Queima), para produção de mandioca, milho e feijão, alguns relataram a criação de pequenos animais e culturas perenes (MORAES, 2017).

Destarte, considerando o contexto local, mostra que a entrada do PAA no município de Irituia coincidiu com um processo em andamento para mudanças nos agroecossistemas tendendo a uma maior diversificação produtiva. O PAA, portanto, reforça essa tendência à medida que abre espaço para receber uma grande variedade de produtos locais que antes sem mercado.

O PAA surge, portanto, como uma alternativa para os agricultores familiares, de diferentes comunidades, ofertarem alimentos e comercializarem seus produtos localmente, para um público em situação de vulnerabilidade social nos municípios, criando uma ligação direta entre aqueles que têm capacidade reconhecida de produzir alimentos com os consumidores locais, fortalecendo a agricultura familiar e promovendo segurança alimentar e nutricional.

### **3. Diversidade produtiva das unidades familiares e o PAA**

Antes de avançar na análise dos dados sobre a diversidade de produtos é preciso esclarecer que os agricultores familiares associados a cooperativas e entidades como o Sindicato de Trabalhadores Rurais já vinham a algum tempo discutindo os fatores que afetavam as unidades produtivas e buscando alternativas. A chegada do PAA ao município reforçou algumas estratégias produtivas diversificadas e impulsionou outras. Assim foi possível verificar a grande diversidade de produtos fornecidos e distribuídos pelo programa no período de 2012 a 2018.



### 3.1 Volume de produção e acesso a recursos

Na figura 2 pode-se observar o número de agricultores que participaram no período de vigência do programa (2012 a 2018). Percebe-se uma variação no número de agricultores fornecedores. O programa iniciou em 2012 com a participação de 39 agricultores, passando já no ano seguinte para 49 participantes. Em 2014 houve uma pequena queda no número de fornecedores e em 2015 não foi possível o cadastro da Proposta de Participação no SISPAA<sup>4</sup>. Na retomada do programa em 2016 o número de participantes voltou a crescer e chegou a 59. Em 2017 foi o ano com maior participação de fornecedores voltando a diminuir em 2018<sup>5</sup>.

Quanto à variedade de produtos fornecidos percebe-se uma tendência inicial de crescimento e em seguida um decréscimo, nos três primeiros anos. Segundo os entrevistados a diminuição da variedade de produtos em 2014 foi influenciada pela redução de recursos vindos da União. A redução do montante geral influencia no valor repassado para os agricultores fornecedores. A redução no valor total destinado a cada agricultor e finda por influenciar a quantidade total fornecida bem como a variedade de produtos. Observa-se que na retomada do programa em 2016 a variedade de produtos reduziu.

Apesar de um aumento no ano subsequente percebe-se uma tendência a diminuir a variedade, porém isso não quer dizer que seja algo negativo. Mesmo com a redução a variedade, tanto os agricultores familiares fornecedores e a secretaria que operacionaliza o PAA, no decorrer dos anos, tentaram se adequar a legislação vigente e garantir o acesso ao recurso reduzindo possíveis riscos ao elaborar o Plano Operacional e não serem aceitos pelos SISPAA. Além disso, com a diversificação produtiva as famílias passaram a acessar outras redes e não depender, exclusivamente, desse mercado institucional.

---

<sup>4</sup>Segundo a atual coordenadora local do PAA, os procedimentos para a inserção da proposta foram efetivados, porém a mesma não foi aprovada. Não soube explicar os motivos pelos quais o município ficou fora do programa em 2015.

<sup>5</sup> Os dados desse ano correspondem ao 1º semestre.

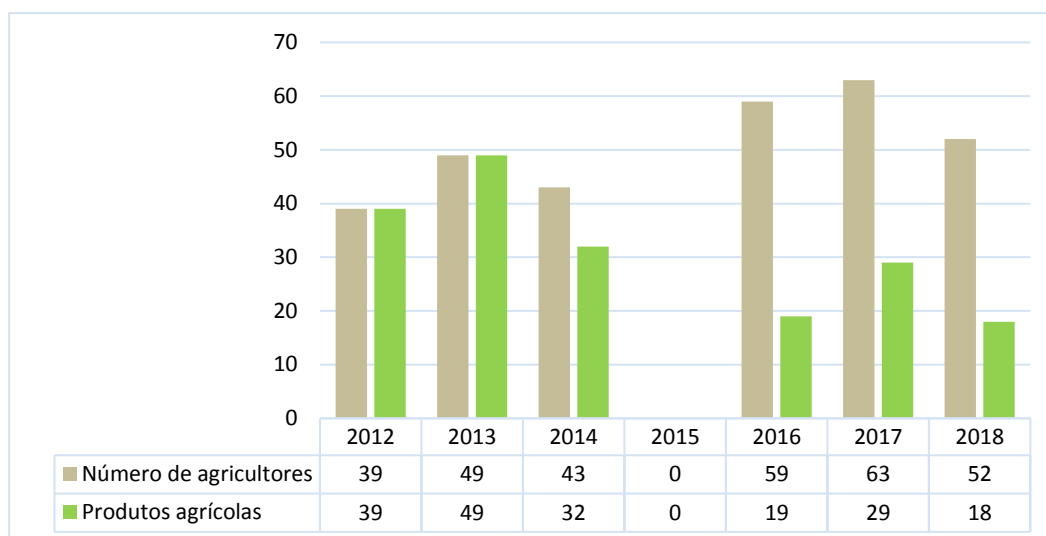


Figura 3. Variação do número de agricultores e produtos agrícolas fornecidos ao PAA, no período de 2012 a 2018 (1º semestre) no município de Irituia - PA. Fonte: pesquisa de campo 2018.

Percebe-se, portanto, que no decorrer do período houve uma variação no número de agricultores fornecedores e na variedade de produtos oferecidos ao programa. Os fatores que influenciaram essa variação são vários e alguns deles estão fora da gestão dos agricultores e dos executores locais. Alguns entrevistados disseram que a incerteza quanto ao volume de recursos que serão aprovados em cada ano e a experiência de não acessar ao programa no ano de 2015, deixa os agricultores fornecedores em dúvida sobre quais culturas priorizar. Diante disso é possível inferir que a estabilidade da política é condição indispensável para o planejamento das famílias participantes do programa.

Segundo a coordenadoria do PAA, as modificações na metodologia relacionadas ao cadastro da Proposta de Participação no SISPA e a liberação dos recursos, que passou a ser semestral, afetam diretamente a operacionalização do programa. Um dos aspectos afetados é a dinâmica de produção e fornecimento de alimentos pelos agricultores. A incerteza dificulta o planejamento das unidades familiares para atender com eficiência as demandas do programa. Ao que parece mesmo a equipe executora local tendo essa compreensão, não conseguem influenciar nas instâncias superiores do programa.

Tão importante quanto à variedade de produtos é a quantidade fornecida. O gráfico da figura 3 nos ajudar a entender o comportamento da quantidade fornecida pelos agricultores familiares e o volume de recursos circulado no período. Durante o período em estudo foram disponibilizados pela União um valor de R\$ 944.589,98 para compra de 238,6 toneladas de

alimentos. Há uma correlação direta entre os recursos destinados pela União e as quantidades fornecidas pelos agricultores familiares. Aqui é bom lembrar que a quantidade e a variedade de produtos oferecida ao PAA é apenas uma parte da produção das famílias, mas representa uma parcela importante da renda<sup>6</sup> o que justifica o interesse pelo programa.

O gráfico abaixo apresenta o quantitativo bruto de produtos (em toneladas) entregues ao programa e o valor bruto de recursos (em reais) disponibilizado pela União por ano. Percebe-se que nos três primeiros anos a disponibilidade de recursos foi crescente entre o primeiro (2012) e segundo ano (2013) e decrescente entre o segundo e terceiro ano (2014). O montante de recursos disponibilizado no primeiro ano (R\$ 138.040,15) permitiu a compra de 42,8 toneladas de produtos. Isto significa mais de meia tonelada de alimentos em média entregue por cada família de agricultor. No segundo ano houve um aumento no valor total dos recursos, mas nos dois anos seguintes houve uma queda brusca de recursos diminuindo drasticamente o valor por família já que mesmo reduzindo o volume de recursos o número de família aumentou (ver figura 2).

Uma questão importante de se notar é que mesmo com a diminuição de recursos e com o não funcionamento do programa em 2015, o interesse das famílias pelo programa continua elevado. Prova disso é que na retomada do programa em 2016 havia 59 famílias interessadas um número maior que em 2014.

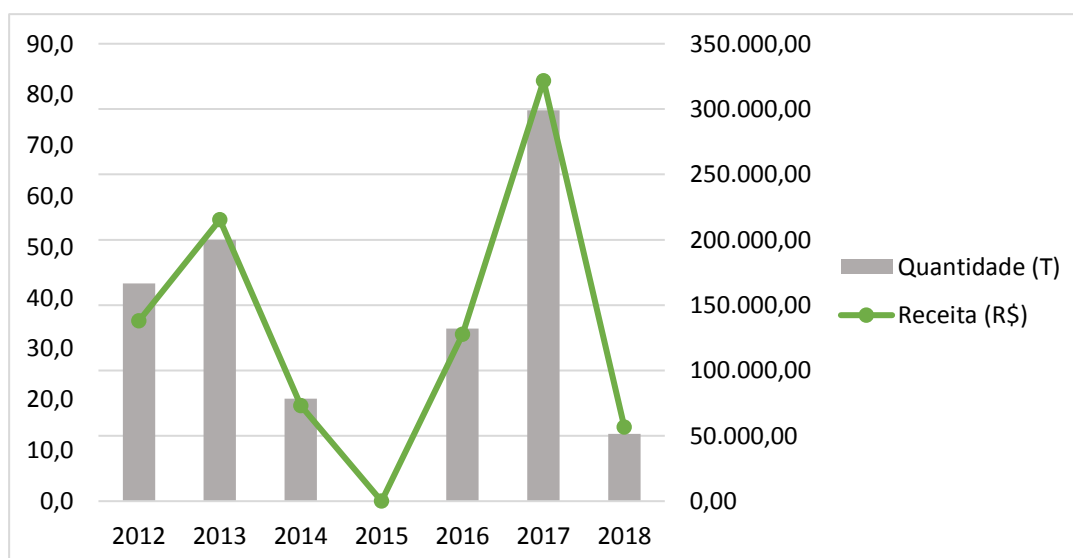


Figura 4. Volume (T) de produtos fornecidos e receita (R\$) de comercialização para o PAA no Município de Irituia - Pará. Fonte: pesquisa de campo 2018.

<sup>6</sup>Não foi possível mensurar a renda familiar nesse trabalho, mas os depoimentos dos agricultores mostram a importância dos recursos vindos do PAA.

No ano de 2017, apesar da crise política instalada no país, foi disponibilizado o maior volume de recursos (R\$ 321.714,29) para o programa no município. Cada família pôde acessar em média R\$ 5.106,58. Percebe-se uma redução brusca em 2018, mas tem que ser relativizado em função de que os dados se referem apenas ao primeiro semestre. De qualquer forma, dificilmente atingiria o valor disponibilizado em 2017 já que o primeiro semestre operou apenas R\$ 56.639,70.

Apesar dos entraves, podemos perceber que o programa no município de Irituia, se mantém em funcionamento constante, isso se deve ao empenho da equipe de coordenação local do PAA, da força política das organizações sociais e dos agricultores familiares para que a União mantenha os repasses de recurso. Porém, com a conjuntura atual de governo e as mudanças na metodologia para acessar ao programa, provocam uma baixa estima e o aumento a desconfiança, segundo os executores, agricultores familiares e entidades sobre a continuidade dessa política pública.

### 3.2 PAA e agrobiodiversidade

Apesar da instabilidade e das dificuldades operacionais é possível afirmar que o PAA incentivou à agrobiodiversidade, estimulou a preservação da cultura alimentar regional e promoção da alimentação segura para populações em situação de vulnerabilidade. O quadro 1 mostra a grande diversidade de produtos comercializados no PAA. São mais de 30 espécies (ANEXO IV) entre as cultivadas e nativas manejadas pelas famílias. Algumas espécies nativas também já são cultivadas aumentando assim a diversidade dos agroecossistemas.

Quadro 5. Categorias de produtos comercializados no âmbito do PAA.

CATEGORIAS	COMPONENTES
Frutas in natura	Banana, acerola, mamão, muruci, coco, maracujá, goiaba, graviola, pupunha, cupuaçu, melancia, abacaxi, abacate, manga, tangerina, limão e laranja.
Legumes	Pimenta de cheiro, pimenta amarela, pimentinha verde, quiabo, pimentão, feijão verde, feijão caupi, abobora, pepino, maxixe e tomate.

Processados	Polpa de frutas (abacaxi, açaí, acerola, bacurí, cacau, caju, carambola, cupuaçu, goiaba, graviola, manga, maracujá, muruci, taperebá e tucumã), farinha de mandioca – d’agua, farinha de tapioca, goma de tapioca, bejú, coco ralado e caldo de cana.
Hortaliças	Cheiro verde, cebolinha, alface, chicória, carirú, jambu, maniva e couve.
Raízes	Macaxeira <i>in natura</i> e cará
Grãos	Milho e arroz
Proteína animal	Galinha caipira e pato regional
Castanhas	Castanha do Brasil

Fonte: Elaboração dos autores (2018).

A figura 4 mostra que a categoria com maior participação no PAA são as frutas *in natura* (44,9%). Isto é um dado muito significativo porque representa o resultado de agroecossistemas diversificados. Se considerarmos que a segunda categoria com maior participação são os Legumes (18,5%), podemos afirmar que o PAA está estimulando a manutenção e ampliação de agroecossistemas diversificados e, portanto, estimulando a agrobiodiversidade e a segurança alimentar dos agricultores e da população em situação de vulnerabilidade.

Chama a atenção também a importância dos processados de origem vegetal que contribuem com 14,3% dos produtos entregues ao PAA. Provavelmente boa parte dos produtos que compõem essas três categorias é originada em sistemas agroflorestais (SAFs). As outras categorias apesar de contribuir em menor proporção têm um grande significado por permite que famílias com perfis produtivos diferentes possam aderir ao programa e garantir a diversidade dos alimentos fornecidos.

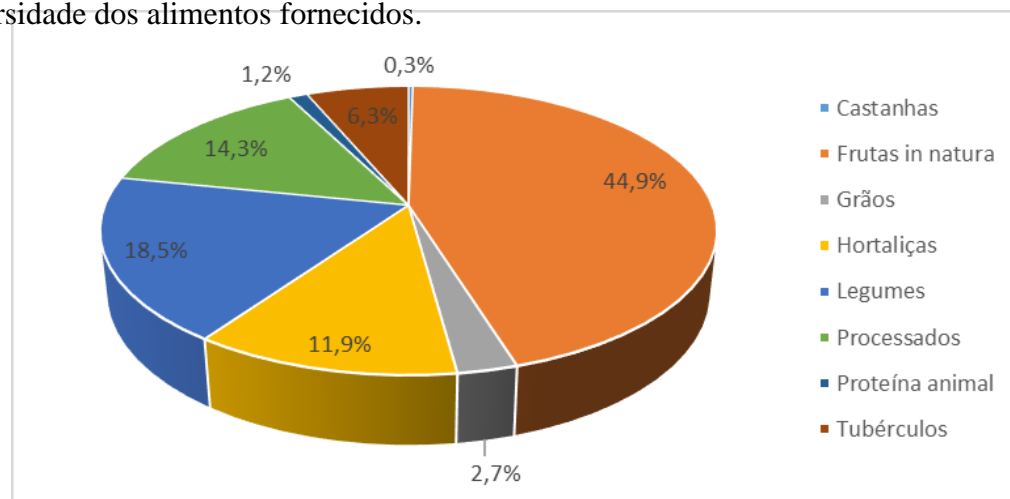


Figura 5. Percentual de alimentos produzidos pelos agricultores familiares em cada categoria de produtos comercializados para o PAA no Município de Irituia - Pará. Fonte: pesquisa de campo 2018.

Ainda sobre os alimentos processados, considerando principalmente as polpas de frutas, segundo os agricultores entrevistados, foram ofertadas, através de parcerias, com universidades e instituições governamentais, cursos de capacitação voltados para Boas Práticas de Processamento de Polpas de Fruta e Curso de Produção Orgânica de Hortaliças pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER).

Dentre os assuntos abordados no curso, foram citados nas entrevistas com os agricultores, a higienização dos alimentos, armazenamento adequado, higienização e tipo de maquinário adequado, infraestrutura, equipamentos para armazenamento, uso de embalagens e a necessidade de água de qualidade. Entretanto, esse procedimento, ocorreu de forma individualizada, ou seja, foi possível investir o recurso do PAA e da comercialização com outros mercados locais, em equipamentos e infraestrutura para processamento.

Além disso, segundo uma agricultora entrevistada, que fornece como produtos principais para o PAA, os alimentos que pertencem as categorias legumes e hortaliças, relatou que foram realizadas Avaliação de Qualidade de Produtos *In Natura*, em folhosas pela Vigilância Sanitária do município Irituia. Entretanto, não soube explicar o procedimento utilizado, mas é importante destacar que alguns estudos sobre Análise de Folatos<sup>7</sup>, sobre a sua concentração em folhas de hortaliças são escassos e, além disso, o baixo consumo de ácido fólico, tem sido apontados como possível causa de doenças graves que atingem o ser humano, como doenças cardíacas, câncer e malformação congênita (LUCIA et al., 2010). As parcerias e as análises de qualidades dos alimentos são importantes, pois, estimulam a comercialização e consumo de alimentos de qualidade.

Além disso, destacamos que o PAA injeta recursos na economia local, estimula os agricultores a procurar uma aproximação maior com os próprios comerciantes locais. Os comerciantes do mercado municipal foram mais acionados e mais produtos da agrobiodiversidade foram colocados à disposição da população local. Constatamos que os agricultores familiares de Irituia colocaram à disposição para comercialização produtos que antes eram apenas destinados ao próprio consumo. Apesar de não termos um dado mais

---

<sup>7</sup>Folato é o termo utilizado para denominar compostos com atividade semelhante ao ácido pteroilglutâmico (PteGlu), também conhecido como ácido fólico. O desenvolvimento e a otimização de métodos para análise de folatos é imprescindível, uma vez que inexistem informações sobre as concentrações de folatos em tabelas brasileiras de composição de alimentos (LUCIA et al., 2010)

preciso, pode-se afirmar, conforme previa o MDS (2013), há uma grande possibilidade de elevação da renda dessas famílias e de acesso a novos mercados.

A possibilidade de diversificar e comercializar uma ampla variedade de produtos por meio do PAA estimulou as famílias fornecedoras a participarem de outros espaços de comercialização como: a Feira da Agricultura Familiar da Universidade Federal do Pará (UFPA), a Feira Agroecológica em Belém do Pará, no bairro Batista Campos, a feira da Agricultura Familiar promovida pelo Instituto Federal do Pará (IFPA), na Feira do Produtor Rural no município de Irituia e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A diversidade produtiva influenciou, segundo os agricultores familiares, na mudança da alimentação. Passaram a incluir frutas, legumes e hortaliças nas refeições diárias. Em alguns casos, foram inclusos peixes e pequenos animais. Essas modificações na alimentação criam mecanismos para aumentar a segurança alimentar, principalmente das famílias socialmente vulneráveis.

Constamos ainda junto aos agricultores que o PAA estimulou a adoção de novas práticas agrícolas de viés agroecológicos. Todos os agricultores entrevistados informaram que não utilizam mais agrotóxicos em suas propriedades. Os agricultores demonstraram grande consciência em relação às ameaças do uso de agrotóxicos seja para uma alimentação saudável seja no sentido do risco da dependência de insumos químicos e externos. É inegável o papel que o PAA assumiu em relação a essas questões, mas é preciso ser dito que os agricultores do município de Irituia e suas organizações como o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a Cooperativa e Associações já vêm discutindo esse tema há vários anos.

#### **4. As unidades beneficiárias receptoras e o PAA**

As unidades receptoras, ou seja, as entidades socioassistencial ou da rede de equipamentos de segurança alimentar e nutricional para terem acesso ao PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea, devem demonstrar interesse junto a Unidades Executoras do município, que segundo a Resolução nº 59 de 10 de julho de 2013, art. 3º, inciso I, “é a organização formalmente constituída, contemplada na proposta de participação pela Unidade Executora, que recebe os alimentos e os fornece aos beneficiários consumidores” (MDS, 2014).

As unidades receptoras são cadastradas na Proposta de Participação, no SISPA, pela Secretaria de Trabalho e Promoção Social do município de Irituia, que são os gestores executores, e devem ser consideradas as demandas de alimentos, identificando a quantidade, a periodicidade do recebimento, a capacidade de armazenamento e o público a quem ela proporciona alimentação, adequando o tipo de alimentos à demanda deste público (MDS, 2014).

Os beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede sócio assistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição (BRASIL, 2016), e a intermediação entre oferta e demanda é realizada pelas Unidade Executoras.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para que ocorra o recebimento dos produtos o local de entrega de alimentos necessita de uma estrutura para recepção e o acondicionamento dos alimentos. Além disso, o ambiente deve ser limpo e ter estrutura compatível com o tipo de alimentos que serão recebidos, podendo ser necessário disporem de equipamentos para resfriamento e congelamento.

No município de Irituia, o recebimento e distribuição dos produtos alimentícios ocorrem na Casa do Idoso, o local dispõe minimamente de uma balança calibrada, pallets, caixas plásticas para armazenamento dos alimentos, dentre outros utensílios e equipamentos. Segundo relato do responsável o recebimento e distribuição no município:

[...] eles vinham cedo com os produtos deles e colocavam tudinho lá, assim, era separado, cada agricultor pesava suas coisas e colocava lá, aí dividia para as entidades [...] quem dividia era o menino da Secretaria, que trabalhava na Secretaria, ele ia para lá e dividia tudinho. Tudo igualzinho, se vinha 3 melancias, ele dividia igualzinho entre as entidades, era tudo dividido igualmente (Socorro, entrevista concedida em 12/06/18).

As unidades receptoras devem assumir um compromisso de receber somente os alimentos em adequadas condições, ou seja, tem como obrigação: avaliar a qualidade do produto recebido, a periodicidade de retirada dos produtos, quanto à destinação dos alimentos recebidos e quanto ao controle dos beneficiários consumidores. Sobre o momento da entrega o responsável disse:



[...] aí a gente levava para Pastoral da Criança, a gente tem uma sala lá, tem freezer lá, a gente colocava a polpa no freezer [...] os produtos eram misturados, vinha polpa, vinha fruta, verduras [...] as hortaliças, sempre a gente colocava na geladeira (Socorro, entrevista concedida em 12/06/18).

As entidades receptoras repassam os produtos aos beneficiários consumidores por elas assistidas. A forma como cada entidade repassa os produtos depende das características de cada uma delas. Segundo o relato do responsável da Pastoral da Criança:

[...] trabalham com famílias, cadastradas nas comunidades, aí a gente distribuía para as meninas aqui, porque a Pastoral da Criança, ela tem um dia da Celebração da Vida, que é o terço, aí elas vinham buscar e a gente dividia para elas, as meninas, as responsáveis das comunidades, da Pastoral da Criança, aí elas vinham buscar e fazia também um lanche para as crianças (Socorro, entrevista concedida em 12/06/18).

No município de Irituia foram cadastradas 11 entidades ligadas a rede socioassistencial. As quatro instituições que participaram mais do programa durante o período estudado foram a AMAI, a Pastoral da Criança, que participaram todos os anos e, o CRAS Adelina Cordeiro do Amaral e a Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Isso ocorre, pois, as unidades receptoras selecionadas devem obedecer alguns critérios como: indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social; famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e famílias inscritas no Cadastro Único; gestantes/nutrizes e crianças; pessoas portadoras de necessidades especiais; povos e comunidades tradicionais; pessoas em situação de violência; usuários de substâncias psicoativas; pessoas e famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública (MDS, 2014).

No quadro 2 abaixo, observa-se o recurso acessado pelas Unidades Receptoras (UR), essas foram definidas com um código, para facilitar a identificação na tabela: UR1 - Associação Mãos Amigas de Irituia (AMAI), UR2 - Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), UR3 - CRAS - Adelina Cordeiro do Amaral, UR4 - CRAS - Carmosinho Maria da Silva, UR5 - Hospital Municipal de Irituia – HMI, UR6 - Igreja Evangélica Assembleia de Deus, UR7 - Igreja Evangélica Assembleia de Deus – IEAD, UR8 - Igreja Evangélica Assembleia de Deus do KM 14, UR9 - Pastoral da Criança, UR10 - Programa de Atenção Integral a Família, e UR11 Programa Pro Jovem Adolescente, Fortalecimento de Vínculos (PETI) e Centro de Referência Flor de idade.

Segundo a coordenadoria do PAA do município, a partir de 2016, ao cadastrar a proposta no SISPAA, as entidades beneficiadas são inclusas, geralmente, com os mesmos valores (R\$) de produtos durante os mesmos períodos de entrega, ou seja, não são considerados como variável para distribuição do recurso, o número de pessoas beneficiadas, ocorrendo assim uma distribuição igualitária e não equivalente entre as UR's.

O Quadro 2 evidencia em valores monetários como se deu a participação das Unidades Receptoras (UR) no PAA no período estudado de 2012 a 2018 (1º semestre). As quatro UR que receberam os maiores volumes de apoio financeiro foram a UR9- Pastoral da Criança (R\$ 220.994,57), a UR1- Associação Mãos Amigas de Irituia (AMAI) (R\$ 207.031,47), a UR3 – CRAS/Adelina Cordeiro do Amaral (R\$ 168.559,96) e a UR6- Igreja Evangélica Assembleia de Deus (R\$ 161.248,38).

Quadro 2. Valores acessados pelas entidades beneficiárias receptoras no período de 2012 a 2018 (1º semestre), município de Irituia, Pará.

Entidades	Ano						Total
	2012	2013	2014	2016	2017	2018	
	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
UR 1	33.984,63	11.503,96	1.211,50	34.649,21	110.683,58	14.998,59	207.031,47
UR 2	-	-	-	34.649,21	-	-	34.649,21
UR 3	33.984,63	8.387,16	506	-	110.683,58	14.998,59	168.559,96
UR 4	33.984,63	7.718,16	-	-	-	-	41.702,79
UR 5	33.984,63	-	-	-	-	-	33.984,63
UR 6	-	629	288	34.649,21	110.683,58	14.998,59	161.248,38
UR 7	9.526,20	25.136,06	1.790,00	-	-	-	36.452,26
UR 8	-	11.503,96	2.006,50	16.087,45	-	-	29.597,91
UR 9	33.984,63	25.136,06	1.542,50	34.649,21	110.683,58	14.998,59	220.994,57
UR 10	-	645	-	-	-	-	645,00
UR 11	-	9.723,80	-	-	-	-	9.723,80

Fonte: Elaboração dos autores, 2018.

Atualmente, o processo de elaboração do Plano Operacional, inclui apenas as quatro unidades receptoras em destaques na tabela, pois atendem aos critérios estabelecidos no Manual Operacional do PAA, isso reduz o risco de não aprovação e liberação do recurso, facilitando a gestão por parte da secretaria. Além disso, a UR5 - Hospital Municipal de Irituia

– HMI, não foi incluso por acessar outros recursos governamentais destinados a alimentação.

## 5. Considerações finais

O PAA assumiu um papel importante para os agricultores beneficiados fornecedores no Município de Irituia. O Programa conta com a colaboração de diversas parcerias, estimulou agricultores familiares que estavam a margem do processo, a participarem do programa e, assim, estabeleceu uma continuidade das ações que incentivam a produção diversificada através dos SAFs.

Podemos destacar como ações das instituições que atuam com pesquisas e capacitações, apoios voltados, como exemplo, a produção diversificada, orgânica, agroecologia e boas práticas de produção para manipulação de polpa de fruta. Do mesmo modo, os produtos processados e as folhosas são submetidas a análises diversas análises de controle de qualidade pela Vigilância Sanitária do município.

As famílias beneficiadas pelo programa são incentivadas a produzir de forma diversificada alimentos seguros que atendem diretamente a população socialmente vulnerável local, apresentando maior aceitabilidade, reconhecem, politicamente, os agricultores familiares como agentes produtores, possibilitando a ampliação das redes de comercialização e estimulando a busca por mercados alternativos.

As unidades beneficiadas pela distribuição e abastecimento apresentam função fundamental ao desempenhar trabalhos que promovem os direitos básicos as famílias vulneráveis, atuando em grupos populacionais específicos – crianças, adolescentes, adultos e idosos. O PAA garante o direito humano a uma alimentação adequada e segura, evitando que as instituições adquiram alimentos totalmente industrializados com baixa qualidade nutricional.

Entretanto, o PAA apresenta diversas limitações, quando relacionados aos fornecedores beneficiários, as principais são: dificuldades com a logística para recebimento e distribuição dos produtos (muitos não possuem transporte próprio e adequado precisando usar parte do recurso para pagamento de fretes), falta de assistência técnica com metodologias adequadas de trabalho para atender os mercados institucionais, recursos financeiros abaixo do

potencial da demanda e estruturas não adequadas para beneficiamento e armazenamento dos alimentos.

Os limitantes para as entidades executoras estão relacionados à precária organização documental, a limitação de corpo técnico atuante no programa, as irregularidades na aprovação do plano operacional e baixa disponibilidade de recurso para atender ao público beneficiário fornecedor e recebedor.

O exemplo do PAA no município de Irituia mostra que apesar de algumas políticas públicas serem construídas de forma padronizada podem ser bem implementadas e se tornar potencial para aumento de renda, diversificação da produção, fortalecimento da economia local e promoção da segurança alimentar com base em produtos regionais e do desenvolvimento de mercados alternativos.

### **Referências bibliográficas**

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 02 ago. 2018.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Programa de Aquisição de Alimentos-PAA: ações da CONAB em 2003**, 2003. Disponível em: Acesso em: 17 jan. 2017.

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2012.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI L. F.; MALUF, R. S.; LEITE S.P. **Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar**. *Agriculturas*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, set. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/irituia/pesquisa/23/25207?tipo=ranking&indicador=29>>

O efeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na gestão produtiva familiar e na segurança alimentar dos beneficiários no município de Irituia-Pará

OLIVEIRA, Letícia Sales da Costa  
ASSIS, William Santos de

[519](#)>. Acesso em: 19 jul. 2018.

LUCIA, C. M. D.; SILVA, E. R.; RIBEIRO, S. M. R.; SANT'ANA, H. M. P.; BRANDÃO, S. C. C. **Otimização de método para análise de folatos em hortaliças folhosas por cromatografia líquida de alta eficiência com detecção por fluorescência.** Quim. Nova, Vol. 34, No. 2, p. 335-340, 2011.

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **PAA: 10 anos de Aquisição de Alimentos.** Brasília. 2013.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa de Aquisição de Alimentos. Manual Operativo: Modalidade Compra com Doação Simultânea Operação por Meio de Termo de Adesão.** Brasília. 2014.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimento (PAA) da Agricultura Familiar. Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!** Brasília: MDS, 2012.

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa de Aquisição de Alimento (PAA) da Agricultura Familiar. Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!** Brasília: MDS, 2012.

MORAES, M. H. C. S. **Agrobiodiversidade dos Quintais e Socioeconomia Dos Agroecossistemas Familiares da Cooperativa D'irituia, Pará, Brasil.** 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais – Manejo de Ecossistemas Florestais) – Universidade Federal Rural da Amazônia. Belém. 2017.

NASCIMENTO NETO, M. P. **O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA no município de Lagoa Seca -PB: análise das transformações vivenciadas na agricultura familiar.** 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual do Paraíba, Campina Grande (PB), 2012.

PEREIRA, M. E. B. G.; LAURENZANI, A. E. B. S. **Desafios e perspectivas do programa de aquisição de alimentos no município de Tupã – SP.** Ciência e Natura, Santa Maria, v.36, n.2, p.230-240, mai/ago. 2014.

O efeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na gestão produtiva familiar e na segurança alimentar dos beneficiários no município de Irituia-Pará

OLIVEIRA, Letícia Sales da Costa  
ASSIS, William Santos de

**SALGADO, R.J. S. F. Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): a trajetória de operacionalização do PAA institucional na Universidade Federal de Viçosa-MG.** 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa. 2016.

SAVOLDI, André.; CUNHA, Luiz Alexandre. **Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970.** Revista Geografar, Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, jan/jun.2010.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: v.18, nº51, p.99-122, fev. 2003.

SILVA, S. G. **Territorialidade, agricultura familiar e agroecológica: uma análise introdutória do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA na demanda territorial de 2008.** In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. Anais... Porto de Galinhas: Alasru, 2010.

SMITH, D. S. **Sistema de Informação Gerencial à Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses – D’Irituia.** 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares) – Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Pará Campus Castanhal. 2016.

**WWP. World without Poverty - Mundo sem Pobreza Iniciativa Brasileira de Aprendizagem. As seis modalidades do PAA.** Disponível em <[https://wwp.org.br/wpcontent/uploads/2017/02/PAA\\_as\\_seis\\_modalidades\\_do\\_PAA\\_PT.pdf](https://wwp.org.br/wpcontent/uploads/2017/02/PAA_as_seis_modalidades_do_PAA_PT.pdf)>. Acesso em: 10 mai.2018.